

OS DOIS ADAM SMITH — ESPELHOS UNS DOS OUTROS

The Two Adam Smith — Mirrors of Each Other

Orlando Samões *

Uma interpretação mais continental, como temos tido em Portugal, pode sempre fazer ressurgir o famoso ‘problema’ da tensão entre os dois livros de Adam Smith. Mas embora a Riqueza das Nações pareça apenas assente nos interesses próprios, enquanto A Teoria dos Sentimentos Morais está preocupada com a ação moral centrada nos outros, uma interpretação mais britânica pode contribuir para enriquecer o diálogo em torno das alavancas da prosperidade e benevolência, presentes nos dois livros. Este artigo pretende perceber as fundações dessas duas interpretações e alargar deste modo a perspectiva que Smith foi tendo em Portugal.

Adam Smith ganhou a imortalidade com apenas dois livros publicados em vida ¹. Mas há quem diga que os livros não parecem ter sido escritos pela mesma pessoa. Também por isso o título desta minha

* Professor e Investigador do Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa — samoes@ucp.pt.

¹ As referências ao primeiro livro, *The Theory of Moral Sentiments*, seguem a edição: Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments*, eds. D. D. Raphael and A. L. Macfie (Indianapolis: Liberty Fund, 1982 [1st ed. 1759]), doravante abreviado por TMS, seguido pela Parte, Secção (quando a mesma existe), Capítulo e Parágrafo. As referências à *Wealth of Nations* referem-se a: Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, eds. R. H. Campbell and A. S. Skinner, 2 vol. (Indianapolis: Liberty Fund, 1981 [1st ed. 1776]), doravante abreviado por WN, seguido de Livro, Capítulo, Parte (quando esta existe) e Parágrafo.

exposição é tão provocador quanto o seu conteúdo. Em princípio não existiram dois “Adam Smith”, muito embora o pai de Adam Smith tenha tido exatamente o mesmo nome que ele: Adam Smith. Dito de melhor forma, Adam Smith é quem teve o nome do seu falecido pai, que morreu alguns meses antes de ele, o próprio Adam Smith filho, nascer — e talvez só por esta razão não se chamou “David” ou outro nome comum na família Douglas, apelido de sua mãe. Existiram, portanto, *duas* pessoas chamadas Adam Smith que nunca se conheceram. Para tornar o assunto ainda mais intrincado: Smith viria a ocupar, na diretoria da Alfândega, um cargo muito semelhante ao que o seu pai também ocupara. Ambos levaram estas funções até ao final das suas vidas ².

I.

Smith viveu com a sua mãe praticamente ao longo de toda a sua vida, e apenas lhe sobreviveu 4 anos. O dia do seu batismo, ou nascimento (não sabemos bem), a 5 de junho, até parece escolhido por aqueles que acreditam nas “teorias” dos signos. Temos um verdadeiro “gêmeos”: que assim lança um duplo efeito sobre si e que é sempre muito adaptativo, como o ar. Que se pensa como que visto por fora, ou a si mesmo ao espelho. Claro que para os propósitos desta exposição a abordagem não vai ser esta, naturalmente. Ainda que seja uma bonita coincidência que a figura intelectual principal no pensamento de Adam Smith, aquele que nos deveria ajudar a fazer a avaliação da conduta humana em termos morais, seja chamado de *espectador imparcial*. Sendo este em parte explicado pela nossa própria capacidade de imaginarmos como seria o nosso juízo saindo de nós próprios, para assim avaliarmos com mais distância a nossa própria ação. Olhando como se cada um de nós ao agir fosse *os outros*. Adam Smith refere-se a este aparato como sendo uma espécie de “espelho” ³, ou até mesmo uns “óculos de ver” ⁴, que posicionam a nossa ação a uma certa distância física de nós mesmos e que assim nos permitiriam

² Sobre questões biográficas, ver, por exemplo: Nicholas Phillipson, *Adam Smith — An Enlightened Life* (London: Penguin Books, 2011).

³ TMS.III.i.3.

⁴ TMS.III.i.5.

apreciar a nossa conduta com maior focagem. “É como se eu me dividisse em dois”⁵, diz-nos neste seu primeiro livro, *A Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759, ao elaborar sobre este tema.

Sermos “dois” permite-nos ver a nossa própria ação como se também estivéssemos ao mesmo tempo do lado de fora⁶. Dando perspectiva, gerando outro ângulo, e permitindo ver o enquadramento mais geral. É como que posicionar a ação num mapa de ações, em que várias tonalidades nos dariam locais de apreço ou de crítica. Por outro lado, esta forma de ver dar-nos-ia ainda, indiretamente, mais tempo de pensamento sobre a qualidade da reação, que nem sempre pode ser medida imediatamente. O “espectador” leva o seu tempo a apreciar e não sente a premência para fazer um julgamento apressado.

Mas sermos “dois” dar-nos-ia ainda alguma forma de “imparcialidade” porque aquele que observa por fora, apesar de sermos nós, assim reflete e revê a ação daquele “eu” que age, e que agindo é como se fosse *outro*. Um outro que assim iniciou a ação como se fosse um qualquer. Muito embora, no fundo, sejamos nós mesmos⁷. Parece confuso, mas esta prática pode ser facilitada com treino. Podemos-nos acostumar ao nosso “espectador”, sugere Smith. Este exercício pretende fazer-nos pensar naquilo que seria a inclinação de outros observadores razoáveis e bem posicionados ao verem a ação. Claro que ninguém é bom juiz em causa própria, como costumamos dizer. Mas, para Smith, termos alguém completamente exterior à ação, sem partilhar qualquer emoção, ou sem conhecimento acerca dos pormenores e contexto, também não poderá ajuizar assim tão bem. Julgar bem implica perceber; e perceber pode implicar ter conhecimentos acerca das emoções envolvidas e dos significados da ação que levou à reação. Aquilo que cada um de nós faz, ao sentir o seu “espectador imparcial”, é imaginar aquela que seria a

⁵ TMS.III.i.6.

⁶ Sobre este esforço da nossa divisão, ver: Robert Urquhart, “Adam Smith’s problems: individuality and the paradox of sympathy,” *The Adam Smith Review* 5, eds. Brown, Vivienne and Samuel Fleischacker (London: Routledge, 2010): 187.

⁷ A ideia de que em Smith precisamos dos “espelhos” que são as caras e expressões dos outros) está muito bem explicada em: Charles L. Griswold, *Adam Smith And The Virtues of Enlightenment* (Cambridge University Press, 1999), 106.

sensibilidade das pessoas em geral *se soubessem* aquilo que o próprio sabe. Ou aquilo que o próprio passou, e isso inclui os seus sentimentos. Claro que não podemos exagerar na reação, mesmo que pensemos que teríamos algumas boas razões para isso, porque é natural que as pessoas reais à nossa volta as desconheçam. O *espectador imparcial* é, por isso, também “a voz”⁸ interior que parece que ouvimos quando temos atitudes mais apaixonadas ou centradas. Um som que nos tenta *dizer* para suavizarmos e controlarmos as nossas emoções. Ora, uma “voz” que nos pede moderação: é uma outra forma de ver o espectador.

Claro que assim se denota: o recurso principal deste exercício mental é a imaginação. Esta seria a fonte e o gerador da capacidade de pensar em pontos afastados e que não correspondem inteiramente à realidade. Para Smith, a realidade e a imaginação estão separados num intervalo a que ele chama “ilusão”⁹ ou “deceção”. Quando observamos um artista de rua a caminhar sobre a corda bamba, por vezes, contorcemos o nosso próprio corpo quando ele se desequilibra, explica logo no terceiro parágrafo do seu primeiro livro. Fazemo-lo de forma irrefletida: sentimos uma impressão rápida baseada naquilo que a imaginação nos *diz* que sentiríamos se estivéssemos no lugar do outro, no caso, em cima de uma corda bamba. Este movimento que ocorre quase sem nos apercebermos é bastante comum entre nós. A isto Smith chamou “simpatia”.

Para Adam Smith, tendemos a sentir uma impressão ligeira, uma espécie de “cópia”¹⁰ instantânea, daquilo que o outro sente quando nos aproximamos dele. Daí termos mais apetência a aproximarmo-nos das pessoas mais felizes, que pela imaginação nos transportam por segundos ao gozo momentâneo de uma faísca da sua felicidade. E afastamo-nos de quem sofre, dado que quem sofre faz-nos pensar nas causas do seu sofrimento, o que é sempre doloroso. Daqui reparou no seguinte: os mais ricos têm mais possibilidades de obter felicidade e, por isso, temos geralmente uma inclinação maior para simpatizarmos mais com os mais ricos e para desprezar os pobres. Os pobres são ignorados e até parecem ser invisíveis. E, parafraseando o seu professor, Francis

⁸ TMS.III.3.4.

⁹ TMS.I.i.1.13.

¹⁰ Ver TMS.I.i.1.2.

Hutcheson ¹¹, sublinhou: por isso tendemos a “mostrar as nossas riquezas e a esconder a nossa pobreza”. Para evitarmos o desprezo dos outros, todos temos de demonstrar publicamente estarmos muito felizes e muito ricos, mesmo quando a realidade for outra. (O que nos pode ajudar a perceber muita da dinâmica aparentemente feliz em algumas redes sociais de internet...)

Mas assim a simpatia implica alguma forma de movimentação. Afasta-nos de uns e aproxima-nos de outros, mas nem sempre com grande critério moral. E o que é pior: nem sempre os mais ricos são mesmo os mais felizes. A “simpatia” erra porque se deixa levar por uma impressão que temos pré-concebida. Pintamos a vida dos ricos com “cores ilusórias” ¹², afirma Smith. A simpatia desacerta porque é muito pouco baseada na experiência. Sem termos sido ricos ou pobres, dificilmente acertamos com a medida relativa daquilo que deveria ser a nossa atração ou desprezo. É difícil afinar o grau de proximidade. A diferença entre a verdadeira sensação que teríamos e aquela que a imaginação nos está a sugerir é um erro ou “deceção” ¹³ da simpatia. Mas, para Adam Smith, é esta ilusão da simpatia que nos motiva a acordar de manhã, trabalhar e tentar avançar. E é até por ela que vamos querer melhorar a nossa condição. Não é preciso muito esforço para imaginar como seria bom viver num enorme palácio cheio de quartos ornamentados e com belas cadeiras confortáveis. A comodidade é tão óbvia que não precisa de ser apontada, explicou Smith. Mas, no entanto, no final do dia, sentar-nos-emos em *uma* única cadeira e dormiremos em *um* só quarto apenas. Tudo o resto é praticamente redundante.

II.

Porque temos então “mais olhos que barriga” ¹⁴ no que diz respeito a questões materiais? Para Smith, precisamente por termos ideia de

¹¹ Ver Francis Hutcheson, *An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue* (1st ed. 1726), ed. Wolfgang Leidhold (Indianapolis: Liberty Fund, 2004), 157 (II.v.VII), “Thus some Misers are asham’d of their Wealth, and study to conceal it”.

¹² TMS.I.iii.2.2.

¹³ TMS.IV.i.10.

¹⁴ TMS.IV.i.10.

que os mais ricos são mais felizes ¹⁵. Mas se fôssemos ricos, explica, rapidamente constataríamos que afinal a riqueza material é constituída por meras “bugigangas de utilidade fútil”, que apenas nos deixam “mais expostos às doenças e à morte” ¹⁶. Ainda assim, todos queremos melhorar a nossa condição. A razão é que não é material: queremos ser tendencialmente mais observados por todos os outros. Que se aproximem de nós por simpatia. Assim, sabemos que podemos alcançar mais oportunidades de sermos assistidos em caso de emergência. *Nós precisamos da ajuda e assistência de muitos outros, enquanto só sentimos amizade por muito poucos*, diz-nos nos dois livros, mais ou menos com estas palavras. Frases aliás bastante parecidas nos dois livros ¹⁷: uma raridade, diga-se. Os tais dois livros que alguns dizem que não têm relação repetem esta ideia acerca da nossa fragilidade e sujeição. Não se encontram muitas mais repetições diretas. Ora, aqui temos uma importante chave de entendimento do pensamento de Adam Smith: somos muito dependentes uns dos outros. Mas, com o mercado aberto e livre, não somos dependentes de uma pessoa em particular. Principalmente se várias pessoas estiverem a fornecer aquilo de que precisamos. Não podendo alcançar a total independência, pelas limitações que teríamos ao tentar produzir tudo aquilo de que precisamos, o comércio — se for livre, aberto e com múltiplos participantes — é uma das formas de superação da dependência. Ultrapassamos a sujeição deste ou daquele fornecedor em particular indo ao mercado onde estão muitos outros fornecedores. Ao satisfazermos necessidades mútuas através da troca seremos, quanto muito, *interdependentes* uns dos outros, o que melhorará e facilitará as nossas vidas.

Mas Smith reforça que não é pelo usufruto direto de bens que queremos bens, mas sim pela atratividade que estes bens representam do ponto de vista da simpatia. Estamos neste ponto muito próximos de Rousseau e da sua ideia de *amor-próprio*. Não queremos o que pensamos que queremos pelo que as coisas são em si, mas porque *os outros*

¹⁵ Ver TMS.I.iii.2.1.

¹⁶ TMS.IV.i.8.

¹⁷ Comparar TMS.II.ii.3.1 e TMS.I.i.2.1 com WN.I.ii.2. Também nas *Lectures on Jurisprudence*, na primeira versão encontrada, Smith pode ter deixado o mesmo raciocínio. No caso, está em: LJA.vi.45.

também as querem ¹⁸. E é isso que faz esses *outros* aproximarem-se de nós. Se fôssemos para uma ilha deserta sozinhos, conta Smith, preferiríamos levar connosco uma caixa de utilidades (com tesouras, materiais de limpeza de dentes, cotonetes e corta-unhas) do que levarmos connosco um enorme palácio ¹⁹. Isto é Adam Smith no seu melhor: só ele para nos sugerir que um corta-unhas pode ser comparável a um palácio. Mas numa ilha desertíssima não valeria mesmo mais para nós aquilo que nos desse conforto físico?

Em sociedade, a necessidade de aprovação dos outros e a imaginação, que nos leva a sentir aquilo que outros sentem, muda muito a nossa percepção. Voltemos ao artista a andar sobre a corda bamba ²⁰. Se estivermos em chão firme a observá-lo, iremos por momentos sentir-nos desequilibrados e até poderemos contorcer o nosso corpo. No fundo, sem razão para isso, *copiando* de forma automática os movimentos do artista ao desequilibrar-se. No entanto, o artista caminha direito — se for um bom artista, claro —, lembrando a forma como nós, espectadores, caminharíamos em terreno firme. Como trocando os papéis entre nós e ele. Os atores (ou artistas da corda bamba), quer dizer, os agentes morais e os espectadores que os observam, mesmo sem essa intenção, simulam uma troca. Parece que trocam de lugares entre si: o espectador imita o ator e o ator imita o espectador. (Lembremos: no fundo, podem ser a mesma pessoa.) Mas, ao imitarmos-nos, fazemos uma espécie de mímica dos gestos, que assim se tornam mais semelhantes. As pessoas ajustam os seus gestos e comportamentos, que assim serão cada vez menos originais. Uma “cópia” que se vai desgastando. É este ajustamento de sentimentos próximos, mas não exatamente iguais, que convencionam as reações comuns que vamos considerando convenientes, formando a regra de conduta “apropriada”.

Quando não se age da forma esperada podemos estar a quebrar uma regra geral. A ação boa não é, geralmente, muito original, excêntrica

¹⁸ Ver Jean-Jacques Rousseau, “Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes” (1st ed. 1755), in *Œuvres complètes*, 4 vols., vol. III — Du Contrat Social — Écrits Politiques, eds. Bernard Gagnebin et Marcel Raymond (Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1959-1969, Part I, 1964), 109-223.

¹⁹ Ver TMS.IV.i.8.

²⁰ Ver TMS.I.i.1.3.

ou única. Nesta tradição de pensamento escocesa, a ação boa acontece na *repetição* do caráter virtuoso. Parece que somos o reflexo uns dos outros, ou, como dizia David Hume ²¹, as mentes dos homens são “os espelhos” umas das outras. E repetir bons gestos prolonga-os no tempo. Estes assim permanecem e voltam a acontecer mais tarde, já sem grande ponderação. É daqui que se forma a personalidade da virtude. Que assim se torna habitual, rotineira e, depois disso, normal. Que pode ser descrita como se estivéssemos a seguir regras gerais pré-definidas. Muito embora essas regras observadas sejam, pelo contrário, o resultado destas repetições de gestos a tornarem-se cada vez mais previsíveis. Ao agirmos desta forma parecida, entre uns e outros, estamos a ser “apropriados” e, ao sermos apropriados, simulamos o comportamento virtuoso. Mas é uma simulação que na ação nos aproxima da virtude. São gestos que acontecem muitas vezes por mero automatismo e sem grande reflexão.

O esforço maior da virtude, para Smith, encontra-se do lado do ator, daquele que age e que, ao agir, está a ser analisado. Tem como motivação obter a aprovação dos outros ²²: o elogio do espectador. Este sentimento tão forte em ansiarmos ser aprovados é prova, para Smith, da existência da virtude. Mas é um trabalho difícil: o que age é aquele que inicia o processo, buscando a simpatia do espectador, e para isso terá de se colocar em pensamento no lugar daquele. Agir como se estivesse do lado de fora de si mesmo é renunciar, por segundos, a estar dentro de si. Há uma grande dose de generosidade envolvida neste movimento que retira a centralidade àquele que age. Pode passar por imaginar que a ofensa a que foi sujeito não foi efetivamente dirigida contra si próprio, mas sim a outra pessoa. Tem de ter, por isso, afinadas as virtudes do autocontrolo para não reagir de forma brusca ou apaixonada. Tem de suavizar os impulsos autocentrados ou, nas palavras de Smith, “baixar a paixão” ²³. Ao fazê-lo, ao processar este entendimento, estará a ser benevolente e generoso, também por centrar a

²¹ Ver David Hume, *A Treatise Of Human Nature* (1st ed. 1739 (Part I, Part II) and 1740 (Part III), London: John Noon), ed. Ernest C. Mossner (London: Penguin Books, 1969), 414. (Treatise.II.ii.5.19).

²² Ver TMS.III.ii.2.

²³ TMS.I.i.5.1.

ação fora de si. O trabalho do espectador, pelo contrário, é mais fácil, porque apenas ajuíza a ação. Deve ser franco e honesto, mas, acima de tudo, humano. Deve tentar perceber o outro: ser compreensivo e simpático. Mas ser *humano* não nos obriga a termos muito autocontrole, diz-nos Smith, é um sentimento mais natural.

Mas, mais à frente, na última parte escrita correspondente à Parte VI nas edições atuais, vai dar a entender que a virtude é também uma combinação destes sentimentos. A “mistura” entre as paixões²⁴ voltadas para os outros com as paixões mais voltadas para nós mesmos. A virtude é então a moderação que o autocontrole promove, precisamente na combinação entre a benevolência, a prudência e a justiça. Cada uma destas nos seus graus apropriados. Na junção destas teremos a verdadeira virtude. Aquela que é real e não apenas a sua aparência que, como vimos, é descrita através daquilo que é meramente apropriado, e que acontece por repetição ou reflexo.

A benevolência²⁵ poderia romper com o estabelecido, quebrar regras, e nem sequer teria de ser assim tão apropriada. Seria para ele uma virtude máxima, pura, ampla, e inteiramente voltada para os sentimentos dos outros. Era voluntária e poderia ser ilimitada. Já a prudência²⁶ estaria mais voltada para cada um de nós e assim para os nossos interesses. Por fim, a justiça²⁷, que seria um “pilar” da sociedade, seria uma virtude voltada para os outros, mas “negativa”, no sentido de não pressupor atividade alguma. Smith dizia que a cumpriríamos “sentados sem fazer nada”. Bastaria não fazer mal a alguém para sermos justos. Poderia ser exigida pela força e teria precisão: quem deve dez libras, deve mesmo dez libras, apenas isso.

Nesta sua primeira obra, *A Teoria dos Sentimentos Morais*, que aqui tentei resumir, Smith parece demonstrar quão importante é a aprovação moral obtida por ações baseadas em benevolência, e assim aprovadas por um espectador imparcial. Embora alguns cuidados pessoais, interesses e até alguma ambição, possamos e devemos ter

²⁴ Ver TMS.VI.iii.3 e TMS.VI.iii.5.

²⁵ Ver TMS.VII.ii.3.6.

²⁶ Ver TMS.VI.i.15.

²⁷ Ver TMS.II.ii.1.9.

connosco próprios, as ações motivadas por mero interesse próprio parecem ser desapreciadas.

III.

Já em *Um inquérito à causa da Riqueza das Nações*, Adam Smith escreve sobre as vantagens daquilo a que chama “o sistema simples da liberdade natural”, uma situação desejável na emergente “sociedade comercial”, e em que cada participante parece estar preocupado com o seu interesse particular. A interpretação prevalecente na Europa continental, durante muito tempo, foi que Adam Smith poderia ser preterido, ou até descartado, porque os princípios defendidos acerca da ação humana presentes nos dois livros seriam contraditórios. Ou, em alternativa, seriam livros sobre assuntos diferentes e independentes um do outro, sem qualquer relação ou ligação. Um Livro teria sido sobre ações preocupadas com o próprio, o interesse. O outro seria sobre ações voltadas para os outros, a benevolência. Há alguma margem para esta visão. Veja-se nomeadamente a ausência das expressões de “simpatia” e até de “espectador imparcial” na *Riqueza das Nações*, por exemplo. Nem o plural “espectadores imparciais” mesmo ao cair do pano, no último parágrafo do livro, o salvam desta acusação. E a “simpatia” praticamente não aparece, e quando aparece tem um sentido mais literal.

Esta possível inconsistência que talvez seja aparente surge de uma leitura demasiado focada nos termos da discussão em ambos os livros. Ela emergiu suavemente na Alemanha, sob o título *Das Adam Smith Problem*²⁸, logo após a publicação da *Riqueza das Nações*, mas espalhou-se ao longo do século XIX um pouco por toda a Europa continental, de que Portugal não é exceção. De acordo com os proponentes desta leitura, Smith seria um autor incoerente por ter escrito sobre o valor das virtudes e da benevolência para, logo de seguida, depois de ter viajado com os seus tutorandos pela França dos ‘fisiocratas’,

²⁸ Ver, por exemplo: Leonidas Montes, “Das Adam Smith Problem: its origins, the stages of the current debate, and one implication for our understanding of sympathy,” *Journal of the History of Economic Thought* 25, no. 1 (2003).

onde conheceu Quesnay, entre 1766 e 1767, ter regressado ansioso por começar a escrever um Livro sobre a importância do interesse próprio. Em Portugal, ainda estamos nesse ponto: Smith é visto precisamente como um autor que ajuda a explicar atitudes mais ‘individualistas’ (expressão que ele nunca usou) ou até egoístas. Enquanto outros — que provavelmente leram-no muito à pressa, ou nem sequer o leram — encontram no nome de Adam Smith um autor que justificaria situações de pobreza ou de trabalho em situação de premência. Acusação absurda e sem sentido.

Pelo contrário, e exatamente no extremo oposto, a palavra *Riqueza* no título do Livro revela o que se pretende discutir. A saber: de que forma podemos afastar as pessoas da pobreza? Smith pretende contribuir para uma ciência ainda em formação, a que hoje chamamos Economia ou Economia Política, preocupando-se com imensos assuntos. Debruçou-se sobre como tornar os luxos acessíveis a todos, ou sobre como podemos melhorar as condições de trabalho — e como estas melhorias acontecem, na sua opinião, através da genialidade dos trabalhadores, que facilitam o seu próprio trabalho inventando máquinas cada vez mais evoluídas. Procura discutir as funções do estado, na defesa e na justiça ²⁹, ainda hoje consideradas as funções clássicas. Assim como argumenta por uma política de educação “parcialmente” ³⁰ pública, que assim poderia ajudar a elevar o conhecimento e “servir de antídoto à superstição” ³¹.

Mas essa palavra “Riqueza”, no título, tem origem na ideia da palavra “Saúde” (*health* que passa a *wealth*) e não na palavra “Riqueza” no sentido de *recursos* (em língua inglesa, *riches* ou *richness*). O que se pretende é que o ambiente geral seja mais próspero e mais *saudável* para todos.

As interpretações de origem britânica, ou mais propriamente escocesa, são bastante mais complexas do que as interpretações continentais do século XIX. Algumas leituras sugeriram que o sistema de liberdade que Smith adjetivada de “simples” era “simples” porque a nossa

²⁹ Ver WN.V.i.a.1.

³⁰ Ver WN.V.i.f.55.

³¹ WN.V.i.g.14.

inclinação para fazermos aquilo que é melhor para nós é um sentimento normal e natural. Tão natural que Smith achava ter sido impresso em nós pela Natureza de forma propositada. Nas palavras de Adam Smith, quereremos sempre “ir melhorando a nossa condição” (“bettering our own condition”, no original) sendo este um sentimento que “não nos larga desde o útero à sepultura”³² e acontece simplesmente com a vida.

Esta simplicidade tida em nós não pressupunha que as operações e funcionamento da Natureza em si mesma não fossem complexos. Apenas dispensava que conhecêssemos com exatidão todos os pormenores e recantos do seu curso e movimento. A liberdade natural também escusava um plano detalhado e meticuloso do governo, que apenas presumidos especialistas fingiriam entender. Smith acrescentou ainda que este sentimento (de querermos melhorar as nossas condições) é tão natural quanto a saúde ou a doença. E quando estamos doentes, dizia, tememos a Natureza, que, sem assistência de outros elementos externos, por vezes cura e por vezes mata. Em vez de adicionalmente temermos, para além da doença, “as más prescrições dos médicos”³³, numa referência às incipientes práticas de medicina no século XVIII. Ou talvez, neste ponto, seguindo um raciocínio paralelo ao de Rousseau no *Discurso sobre a Desigualdade*.

A medicina administra remédios, muito tentativos e preliminares, que nos podem deixar dependentes. Fá-lo sem conhecer todos os seus efeitos a longo prazo. É uma prática que incorpora a ignorância humana. Podendo estar a inibir a força natural da Natureza contra a doença. Ou, noutra hipótese ainda, talvez Smith estivesse a fazer uma referência biográfica. Lembremos a tentativa frustrada de Quesnay, o mais conhecido dos fisiocratas franceses, de curar o tutorando febril que viajava com Adam Smith a caminho de Paris, e que morreu quando estava a ser assistido pelo “médico” Quesnay. Esta tragédia obrigou Smith a regressar a Londres anos mais cedo que o previsto. Smith deixou escrito na *Riqueza* que Quesnay era “um médico muito especulativo”³⁴.

³² WN.II.iii.28.

³³ WN.II.iii.31.

³⁴ WN.IV.ix.28.

Numa altura em que figuras como Quesnay ainda misturavam aquilo que viria a ser mais tarde a economia e a medicina (com o resultado que acabei de mencionar), Smith, pelo contrário, contesta a ideia de que os políticos poderiam vir a ter alguma precisão, ou qualquer sucesso, ao interferir na sociedade “doente”, como se fossem uma espécie de médicos-da-sociedade³⁵. Para ele, tentarmos usar técnicas de melhoria da “saúde” na sociedade em geral, semelhante às que os médicos tentavam usar num organismo humano doente, não teria as consequências previstas.

Mas vai mais longe. Considera mesmo que tentar resolver os problemas da sociedade, as suas “dores”, através das políticas públicas, seria o sonho daqueles que designa por “homens-sistema”, aqueles que, seduzidos por uma ideologia ou modelo de perfeição, encontram na sociedade a plataforma onde procurarão imprimir as suas ideias “fanáticas”. Os “homens-sistema” acham que as pessoas são como peões num jogo de xadrez, a quem a administração pública pensa que pode dar ordens de comando. Mas cada pessoa tem uma força de moção própria vinda de dentro, que é a sua, explica Smith, e não cabe a ninguém forçar outrem para ir ocupar esta ou aquela casa do tabuleiro³⁶. Esta imagem surge ao leitor num capítulo, adicional e final, colocado na *Teoria dos Sentimentos Morais*, tendo sido deixado ao editor por Adam Smith mesmo antes da sua morte. A última edição, a sexta, é o seu ponto final. Fazendo assim deste Livro *primeiro* também o *último* da sua vida. A *Riqueza* ficou com menos uma edição: cinco.

Smith argumentaria que, tal como há vários *regimes* de alimentação diversificada que podemos considerar genericamente saudáveis ao corpo humano, também os países teriam prosperado por razões diferentes entre si, seguindo ideias variadas acerca dos seus *regimes*³⁷. Leia-se aqui: regimes *políticos*. E o homem com “espírito público”

³⁵ Sobre este aspeto, ver: Donald Winch, “Adam Smith’s ‘enduring particular result’: a political and cosmopolitan perspective,” in *Wealth and Virtue, The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*, eds. Istvan Hont and Michael Ignatieff (Cambridge University Press, 1983), 266.

³⁶ Ver TMS.VI.ii.2.17.

³⁷ Ver WN.IV.ix.28.

(que não “homem-sistema”) irá olhar de forma menos emocional para a política. Verá que basta um arranjo de estado muito simples, a liberdade natural: com leis gerais e abstratas, impostos baixos, uma administração pública simples e suave. Tudo isto junto será o suficiente para gerar prosperidade geral para todos.

Mas esse “espírito público” da simplificação será muito raro, infelizmente. Smith é dos primeiros a identificar as tendências burocratas e de crescimento da despesa do estado; e, conseqüentemente, para o inevitável aumento *futuro* dos *impostos futuros*. Para ele, não poderemos esperar que a atitude da administração pública seja muito disciplinada do ponto de vista orçamental. O estado tem uma forma de decidir que não passa por ajustar e calibrar as suas ações com as reações aos outros, mas sim por vincar as suas opções, usando a força se necessário for. O estado, ou seja, quem decidir por ele, não tem de ser “espelho” de mais ninguém. Não tem de ouvir a “voz” do seu espectador para se moderar. E quem decide pelo estado são pessoas. Quem decide está tão sujeito às suas inclinações e preferências como pessoa que é.

Como dissemos atrás, a ação boa é aquela que muitas vezes aproxima os gestos e as reações uns dos outros, como que deixando transparecer uma espécie de forma de estar parecida entre todos os que agem. Como se nos víssemos ao espelho. Claro que este movimento dinâmico faz lembrar o calibrar dos preços no mercado livre. Num processo em que os vendedores têm de se colocar ‘na pele’ dos compradores, trocando de lugar em termos imaginativos, e em que os primeiros pensam na satisfação que alcançariam ao ter aquilo que tem o vendedor. Chegando assim, por interação, a um sinal revelador de escassez aproximadamente igual para todos: o preço. Isto é o que acontece na dimensão voluntária e livre do mercado, entre agentes privados que, naturalmente, não podem usar a força.

A diferença é que aquele que agir em nome do estado não tem de fazer a “cópia” do gesto da outra pessoa que observa. O que decide pelo estado não tem de entrar no tal processo de mímica, imitando os gestos das outras pessoas. Não tem de “acalmar as suas paixões”. Na função principal de cobrança de impostos, este aspeto é claro. Ao cobrar impostos não há um processo de ajustamento interativo perante os contribuintes. Noutra linguagem: não há preço de equilíbrio por

ajustamento, reflexo e fricção. Esta operação realiza-se fora do mercado e, logo, não é voluntária. O estado não tem de nos convencer ou persuadir se tivermos de pagar mais impostos amanhã. (A democracia multipartidária atenuou, naturalmente, este efeito, principalmente quando existem várias opções políticas alternativas; e mais ainda quando algumas destas não defendem o crescimento do estado — e se puderem ser eleitas democraticamente.)

A relação entre contribuintes e estado é o contrário da relação comprador/vendedor, ou seja, está longe do exemplo da “corda bamba”. A tendência será o crescimento do estado, tal como aconteceu ao longo dos últimos dois séculos. Smith, numa fase em que o peso do estado era extremamente reduzido, antecipou alguns resultados. Associa ao estado a tendência despesista que chega a chamar de “extravagante”³⁸. Como não têm de se ajustar às possibilidades dos contribuintes, serão gastadores e nunca investidores. Acaba por não haver uma visão de longo prazo (por paradoxal que pareça) no estado.

São os indivíduos privados, segundo ele, quem mais cuidado terão com as suas contas domésticas, fazendo um esforço interrupto e contínuo para melhorar a sua condição futura, através da sua restrição de consumo imediato, isto é, da parcimónia. Conseguiremos alcançar maiores níveis de bem-estar por via da indústria e da parcimónia individual, isto é, da capacidade que cada um tem em pensar nos efeitos futuros das suas ações económicas³⁹. Mais um ponto em que os dois livros se cruzam: o espectador imparcial da *Teoria dos Sentimentos Morais* também não sentia os apetites do momento presente. Ele é a análise da conduta ao longo do longo-prazo do tempo. Também a *Riqueza das Nações* carece de quem rejeite a gratificação imediata dos “esbanjadores”, para tentar aumentar gradualmente, e de forma responsável, a sua condição futura com frugalidade e parcimónia. O sentimento que lhe permita investir com vista ao futuro também aqui implica de novo uma boa dose de autocontrolo, o sentimento gerador de virtudes.

³⁸ Ver por exemplo WN.II.iii.31 e WN.II.iii.32.

³⁹ Ver WN.II.iii.36.

IV.

Mas, se nos cingirmos à benevolência, conseguiremos elevar os padrões de vida a prazo? Para Smith, enquanto a benevolência lhe parece um sentimento por vezes ténue, o interesse é muito vincado e forte. E ambos terão o seu papel a desempenhar no caminho da prosperidade. Por muito que a benevolência seja a virtude mais elogiada, a verdade é que lhe pode faltar o impulso, ou a força, para gerar as motivações que aumentem as condições para o florescimento da agricultura, da indústria ou do comércio. É ao percebermos isto que o interesse próprio pode ter qualidades importantes. O pulsar do interesse é mais movimentador, iniciador e impulsionador de atividade.

Adam Smith tentou dizê-lo, mas nem sempre o entenderam: “Não é da benevolência do talhante, do cervejeiro ou do padeiro que *esperamos* o nosso jantar, mas do cuidado que estes têm com o seu interesse pessoal”⁴⁰. Atende-se aqui à palavra-chave: *esperamos*. Esta palavra não quer dizer que a benevolência não seja uma virtude mais elevada do que as outras: é mesmo. É a mais surpreendente e brilhante, por isso mesmo não deve ser exigida pela força ou criar expectativas. O que seria obrigarmos os outros a serem benevolentes? Haverá boa vontade por obrigação? A benevolência é emoção mais espontânea, criativa e surpreendente. A benevolência não pode ser aguardada ou esperada. Ela surge e rasga com o estabelecido.

Mas, para conseguirmos jantares para todos hoje, e para todos de novo outra vez amanhã, todos os dias, temos de colocar uma emoção mais primária e básica ao nosso serviço. Uma emoção mais natural, por assim dizer. Vamos buscar um sentimento menos refinado, mas com a qual possamos contar de forma mais ritmada e previsível: o interesse próprio. O interesse assina pactos, contratos e forma as expectativas. A benevolência emerge de uma boa vontade suplementar. A benevolência é um esforço extra que não era previsto ou esperado. O que tem a sua beleza. A benevolência é como que a melodia que gostamos de ouvir, o interesse é o metrónomo que marca o compasso. A benevolência é especial, o interesse, um traço mais comum, mas necessário.

⁴⁰ WN.I.ii.2, o itálico é meu.

Smith notou ainda que o avanço em direção à opulência precisaria de um mecanismo adicional, externo aos sentimentos, impulsionador da perícia de todos nós e que permitisse a poupança de tempo e de conhecimento: a divisão do trabalho. Foi isto que explicou na sua *Riqueza das Nações*: até o casaco de lã, para regressar ao exemplo mais conhecido do autor, que o homem mais pobre da Escócia tem no seu armário, é o trabalho conjunto de milhares de pessoas, talvez milhões, que nunca se conheceram. Pessoas que sem intenção, sem coerção, e sem que alguma delas em particular esteja a coordenar todos os trabalhos, interagem livremente sem se falarem, através dos sinais do mercado, de forma harmoniosa e aparentemente coordenada, conseguindo alcançar os bens, cada vez mais avançados, que nos circundam. Chamou-lhe o efeito da “divisão do trabalho”, um conceito que até hoje tem sido mal-interpretado.

A divisão do trabalho não significa que uns tenham uma ocupação e outros outra. É natural que assim seja, e até aqui os pensadores clássicos da antiguidade também chegaram. Aquilo que a emergente sociedade comercial do século XVIII permitiu entrever é que, para a obtenção e acessibilidade do bem-estar geral, teremos de ter uma forma de produzir que não se baseie no conhecimento de ninguém em particular. Deixaremos de ter nomes específicos para as nossas profissões. Até um “insignificante” alfinete representará o trabalho conjunto de 18 pessoas, diz-nos logo a abrir o livro, no terceiro parágrafo. Cada uma delas opera numa parte do processo, usando as parcelas incompletas deixadas por outros. E, no limite, ninguém em particular terá todo o conhecimento necessário à produção de um alfinete.

Se uma pessoa isoladamente tentasse fazer um alfinete, demoraria um dia ou muitos dias. Ao vender esse alfinete, pouco poderia comprar em troca, porque teria apenas um mero alfinete no mercado. Teria, certamente, um alfinete *único*, mas de pouco lhe serviria. Com esse mesmo esforço, em divisão do trabalho, ser-lhe-ia possível fazer milhares de alfinetes, *cópias* uns dos outros. Este efeito multiplicador da capacidade ocorre dado que o trabalho repartido poupa “tempo” de deslocação entre os meios de produção, aumenta a “perícia” por via da repetição de gestos. As tarefas são repartidas da forma mais *simples* possível, e cada um usa os materiais deixados por outros no ponto certo de serem continuados pelos seguintes.

A precisão dos movimentos liberta as atenções dos trabalhadores. Isso induz à “invenção de máquinas”⁴¹ facilitadoras do trabalho, o que nos aumenta as perspectivas de lazer. A adoção das melhores práticas associadas à produção aumentaria ainda mais a capacidade de produção. Smith conta-nos que passaríamos a ter muitos milhares de alfinetes no final do dia. Cada uma dessas 18 pessoas, depois de um dia de trabalho, consegue, com a sua compensação ou recompensa, comprar um conjunto de bens no mercado cada vez mais alargado, equivalente a esse imenso número de alfinetes produzido e que, uma vez colocado no mercado, terá um grande retorno. A remuneração do trabalho, em termos reais, isto é, medida em bens e serviços, aumenta muito, dado que o mesmo esforço comprará cada vez mais bens realmente existentes.

No exemplo com que fecha o primeiro capítulo da *Riqueza*, Smith sugere que ninguém conseguiria fazer um “simples” casaco de lã, mesmo que tivesse todos os elementos ao seu dispor e à sua frente. Quem sabe cortar a lã dos animais não sabe fazer as tesouras. Quem sabe fabricar tesouras não sabe como foram feitas as bigornas onde se fundiu o metal para produzir tesouras. E quem sabe fazer bigornas escapa-lhe certamente o processo para minar os metais precisos, ou onde os procurar, e por aí fora. E mesmo quem tenha a lã à sua frente teria de ir comprar os botões ou os fechos do casaco, assim como não saberia certamente criar a máquina de tecelagem. Os que sabem fazer botões também desconhecem certamente todas as fases do sistema produtivo ou como surgiram as máquinas que utilizam. Os químicos das tintas para dar cor ao casaco também lhes deveriam escapar. Adam Smith entra por todos estes personagens, descrevendo ainda o transporte de todas estas matérias, que se deve aos navios, cujas cordas e madeiras, mastros e velas tiveram ainda outras tantas pessoas associadas à sua produção. Cada elemento do navio já representa o trabalho condensado de inúmeras pessoas. E a sua disponibilidade e combinação é atingida indo buscar os componentes a outros países ou continentes. Depois disso, ainda nos lembra que todos estes tiveram de se alimentar, entretanto, e não mencionou apenas a comida em si para a qual tantos contribuem, mas também os pratos e copos

⁴¹ WN.I.i.5.

produzidos ainda por outros trabalhadores, algures espalhados nos mais remotos cantos do mundo. O número de pessoas envolvido e que produziu o casaco roça o infinito, ou, nas suas palavras, “excede toda a computação”⁴².

A mesma história foi contada no século XX, mas agora através de “um lápis”, num exemplo de Milton Friedman, narrado nas suas aulas e entrevistas. Mais um objeto que combina um conjunto alargadíssimo de pessoas. Mas basta olhar para um telemóvel, que hoje todos temos, e pensar um bocadinho: quem fez os programas, ou o vidro, o altifalante ou a antena que o captura? Creio que estamos conversados quando à implicação de vários milhares, talvez milhões, que sem se conhecerem colaboram e ‘conspiraram’; e mesmo sem existir ninguém em particular que saiba produzir um telemóvel, somos quase todos envolvidos no processo do seu fabrico de alguma maneira. Somos levados pelos sinais que nos sugerem a escassez relativa de cada bem, o preço, a utilidade e a satisfação, a reponderar as nossas decisões e a ajustar aquilo que produzimos ou compramos. Assim parecendo até que fomos guiados, mas sem sabermos, como que por uma *mão invisível*, à configuração espontânea de uma articulação não intencional e sem direção central. E que nos permite avançar na “opulência”, para usar a expressão de Smith, que vai na “sociedade comercial” chegar às pessoas, ao “great body of the people”⁴³, como ele dizia, fazendo com que estes objetos avançados sejam cada vez mais comuns, baratos e, portanto, mais acessíveis a todos. Estamos todos a trabalhar uns para os outros. Todos nós servimos todos, ao mesmo tempo que somos servidos por todos os outros, em troca, uns pelos outros, uns para os outros. Também aqui parecemos ser os *espelhos* uns dos outros. Por vezes trabalhando, por vezes usufruindo do trabalho dos outros condensados nos bens que nos circundam.

Seremos mais ricos com a divisão do trabalho, que condensa o trabalho livre de milhões espalhados pelo mundo, diz-nos Smith, do que se tivéssemos ao nosso dispor a vida de (apenas!) dez mil pessoas à nossa volta. A quantidade de bem-estar será multiplicada e alavancará

⁴² WN.I.i.11.

⁴³ WN.I.viii.43.

a “opulência universal que se estende aos mais pobres” ⁴⁴. Essa propagação dos bens é ‘democratizadora’, palavra minha. Vamos chamando “necessidades básicas” hoje àquilo que foram considerados os “luxos” ainda ontem ⁴⁵. Assim, os pobres vão-se tornando também mais *visíveis*. A sociedade aumentará gradualmente as possibilidades que tem de melhorar as suas vidas e de os socorrer em caso de infortúnio. Este seria, para Smith, o principal efeito do mercado livre internacional e onde somos expostos à concorrência.

Tornaremos o nosso trabalho cada vez mais perfeito pela pressão daqueles que estão a tentar vender o mesmo que nós, ou seja, em concorrência. Um trabalho que captura cada vez mais elementos vindos dos mais longínquos recantos do mundo e que, assim, nos permite avançar mais rápido e melhorar os produtos. É esta disciplina que nos leva a adotar e repetir as melhores práticas, que nos leva à excelência, que induz à inovação de máquinas que suavizam o trabalho e que contribui para a difusão da abundância geral. Num parágrafo poucas vezes citado, Smith associa o embaratecimento do preço dos bens à “perfeição” obtida com o trabalho realizado na pressão da competitividade ⁴⁶.

Quando, pelo contrário, tentamos suplantar esta miríade quase infinita de decisões individuais por uma plataforma que tente dirigir e comandar cada uma destas pessoas, este processo de geração de bem-estar arrefece, é erodido e pode reverter-se. Isto acontece porque ninguém em particular o consegue perceber na sua totalidade, logo, ninguém o consegue substituir. Veja-se como as economias protegidas do estímulo da concorrência internacional, ou dirigidas centralmente pelo governo, não conseguiram qualquer inovação, nem aumentos na produção de produtos realmente desejados. A sua capacidade de assistência aos mais pobres também foi sendo comprometida.

V.

Portugal, onde Adam Smith chegou tarde — mas onde espero que não tenha chegado tarde de mais —, teve há uns anos a honra de a

⁴⁴ Ver WN.I.i.10.

⁴⁵ Ver WN.I.viii.35.

⁴⁶ Ver WN.I.xi.c.7.

lombada com o seu título aparecer na pintura oficial de retrato de um antigo Presidente da República (Cavaco Silva), onde também figura a Constituição e assim fica exposto no Museu da Presidência. Quando Cheng-chung Lai, um comentador, escreveu um Livro sobre a influência e as traduções dos livros de Adam Smith em muitos países do mundo, atribuiu a Portugal o capítulo mais curto. O Livro é do ano 2000 e diz: “a receção em Portugal ainda não está desenvolvida, como podemos ver pela falta de literatura” ⁴⁷ (encontrou apenas ensaios de José Luís Cardoso, A. Neto e João César das Neves). O autor escreve de seguida que isto não faz sentido precisamente pela “forte” aliança entre Portugal e o Reino Unido: precisamente pelo Tratado de Tagilde que estamos a celebrar com este volume.

O contraste é mais surpreendente quando lemos o próprio Adam Smith a atribuir a Portugal um dos maiores feitos da história da humanidade: a passagem do Cabo da Boa Esperança ⁴⁸, assim como o vemos a dar uma importância enorme aos nossos desafios comerciais a nível mundial. Diz-nos, e estamos em 1776, que as enormes riquezas materiais das nossas colónias nos deixariam, a nós Portugueses, pobres em termos relativos, quando comparados com outros países europeus, seguindo um raciocínio de Montesquieu com proximidade ao que hoje designamos genericamente por ‘*resource curse*’ ou maldição dos recursos.

Acrescentando que a chegada desses recursos, vindos das colónias, nos levariam a pensar que poderíamos basear a nossa economia na obtenção de uma qualquer vantagem económica, obtida de forma exterior ao mercado. Dito de outra forma, a vinda de recursos das colónias alimentaria a predisposição para pensarmos que podemos viver bem através de uma qualquer receita obtida de forma sistemática e garantida pelo governo. Obter uma “receita” fixa e estável é certamente muito mais relaxante do que as normais aflições e preocupações de quem está sujeito às flutuações do mercado.

É natural querermos viver bem, sem termos de passar pelos problemas normais, ou naturais, enfrentados ao funcionar no mercado aberto.

⁴⁷ Cheng-chung Lai, *Adam Smith Across Nations — Translations and Receptions of The Wealth of Nations* (Oxford University Press, 2010), 219.

⁴⁸ Ver WN.IV.vii.c.80.

Smith fala numa inclinação para acharmos que podemos ter uma economia orientada para obtermos meras “receitas” (original: *‘revenue’*), em vez de apostarmos naquilo a que ele chama o trabalho e a “indústria” (original: *‘industry’*). A “indústria” incentiva as virtudes da moderação que levam à parcimónia e à boa gestão ⁴⁹. Mas claro que desenvolver as “indústrias” obrigar-nos-á a enfrentar dificuldades inerentes a qualquer atividade económica. Ao propor esta dicotomia, ele usa, naturalmente, as palavras (*‘revenue’/‘industry’*) da Escócia do século XVIII. Mas o seu âmbito é bastante geral. Ele procura sugerir que uma economia baseada em “receitas” desencorajaria o trabalho, a geração de valor, e isso inibiria o florescimento da indústria. Ao canalizarmos as atenções na tentativa de obter um subsídio do governo ou na tentativa de ficar a receber uma “receita” vinda de um “grande lorde” ⁵⁰, desviamo-nos do caminho da indústria e da produção da prosperidade, que só poderá ser alcançada produzindo bens que possam gerar satisfação nas pessoas. Teremos uma economia baseada em privilégios económicos atribuídos aos agentes que conseguirem convencer o governo em como precisam ou merecem esse apoio. Por vezes atribuídos por satisfazerem critérios meramente burocráticos. Isto será a causa de uma economia estagnada e sem possibilidades de melhorar o bem-estar de todos.

Além disso, moldar a atividade económica através destes arranjos vai contra a naturalidade da simplicidade da “liberdade natural,” que assim fica distorcida. O mercado em “liberdade natural” tem formas de ajustamento inerentes ao seu funcionamento, que uma economia muito contrariada por interferências do governo não terá. Tendemos a ter situações de carência mais extremas, porque destruimos os sinais que levariam aos ajustamentos, entre preços e níveis de produção, que só serão possíveis com liberdade económica. De forma ainda mais simples: a interferência do governo destrói o jogo de “espelhos” do ajustamento no mercado.

Adam Smith nota ainda: até nos casos em que se tenta incentivar a produção, a intenção do governo pode sair gorada. O resultado da

⁴⁹ Ver WN.II.iii.16.

⁵⁰ WN.II.iii.7.

política incentivadora poderá redundar ao invés numa redução da quantidade de bens disponíveis na economia. Em jeito de graça, falamos dos subsídios atribuídos para estimular a pesca do peixe arenque. Conta-nos que o governo desenhou um subsídio baseado na medida da tonelagem dos navios. Ao fazê-lo está a contribuir para os armadores pescarem menos peixe, porque agora se dedicam apenas à compra de navios de maior tonelagem.

“O subsídio (*'bounty'*) à pesca do peixe arenque branco é um subsídio atribuído à tonelagem da embarcação, e é proporcional ao seu peso, não está baseado na eficiência ou sucesso na pesca. E tem sido, temo, demasiado comum ver os barcos saírem ao mar com o propósito de apanharem o subsídio, em vez de peixe.”⁵¹

A economia das “receitas”, para usar a expressão dele, é uma economia em que a disciplina do mercado, conseguida na livre interação de infinitas decisões de muitos múltiplos decisores, é substituída pela decisão do governo. Adam Smith dizia que alguns “manufacturers” iriam ser especialmente expeditos em conseguir obter vantagens comerciais do governo⁵², nomeadamente na área dos têxteis e no sector das pescas, mas nenhuma dimensão da economia estava livre deste efeito limitador. Para conseguirem obter subsídios, produzir menos quantidades, e proibir ou limitar a concorrência do estrangeiro, os “manufacturers” inventariam imensas estórias, baseadas nomeadamente em ideias de cariz ‘mercantilista’⁵³. Formas de pensar que, como lembra Smith, não foram produzidas de forma consciente e organizada por autores que as defenderam. O ‘mercantilismo’ é um resultado das interpretações dos leitores dos livros escritos por historiadores da época, que associavam os períodos de maior afluência aos períodos em que as “balanças comerciais” estariam mais positivas (ou seja, a receber mais metais preciosos vindos de países estrangeiros) do que negativas (quando somos levados a deixá-los sair). Em termos históricos, poderia até ser factual que anos de maiores dificuldades económicas pudessem estar associados a períodos com menos metais em

⁵¹ WN.IV.v.a.32.

⁵² Ver WN.IV.viii.3-4.

⁵³ Ver WN.IV.viii.17.

circulação. Mas isso não significa, para Smith, que possamos aumentar a abundância de bens agrícolas ou industriais apenas limitando a saída de metais preciosos. Em princípio, devemos ter comércio internacional livre. Mas abre uma exceção: a guerra. Por razões preventivas, certas componentes da indústria de guerra podem ter mesmo de ser nacionais, dado que a guerra pode cortar as ligações comerciais entre os países. Temos de nos armar enquanto estamos em paz. Não devemos esperar que nos vendam armas em tempos de guerra.

Tentei passar por alguns dos argumentos da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, um dos livros mais importantes da humanidade e que pode ter ajudado à descolagem económica das economias ocidentais, cujo crescimento, depois da publicação deste livro, atingiu níveis nunca antes vistos, principalmente nos países onde foi lido e traduzido.

VI.

Não resisto a comparar por fim as situações que Adam Smith viveu, anteriores à elaboração do livro, entre 1767 e 1773, da *Riqueza das Nações*, com a nossa situação atual. Ele notou uma certa tendência para se preferir ideias económicas baseadas em conceções que não correspondem à realidade. Assim como notou uma tendência para se rejeitar políticas que tenham uma orientação de longo-prazo.

De resto, continuamos a ver pessoas a argumentar em favor de (1) limitar a concorrência do estrangeiro, por exemplo. É também muito comum ouvirmos sectores ou grupos a pedirem apoios ou (2) subsídios do governo, em vez de produzirem (ou tentarem produzir) bens e serviços apreciados pelos consumidores. Assim como estão a emergir muitas formas bem-intencionadas de regulação económica, que, no fundo, limitam o crescimento da produção económica. Algumas destas ideias apontando até para (3) reduções de produção de bens na economia.

Quanto a (1) limitar a concorrência do estrangeiro, e apenas para dar um exemplo, tem vindo a ser defendida por alguns grupos políticos, a propósito da peste ou da guerra, a ideia de que Portugal deveria produzir mais cereais. Dão como indicador a baixa percentagem de cereais produzidos em Portugal. Ora, embora ainda não tivesse contido a ideia de vantagem comparativa, que surgiria mais tarde com

David Ricardo, Adam Smith notou a importância da produção com eficiência e do comércio internacional. Em Portugal, não produzimos cereais porque não teríamos um grau de eficiência que nos permitisse vingar nessa produção. Em termos relativos, produzimos mais quantidade de outros produtos. Com o resultado obtido com esses produtos podemos comprar muitos mais cereais do que os cereais que poderíamos ter se os tentássemos produzir. Estamos provavelmente presentes em fases da produção de outros bens, ou em outros sectores, com muito mais valor acrescentado. Vamos produzindo os produtos nos quais temos mais facilidade, ou que fazemos melhor, ou em que somos mais competitivos. Esses não são escolha de um qualquer governo particular, mas resultam da livre interação entre os agentes económicos. Uma linha abaixo da sua famosa passagem da mão invisível, diz-nos que: tal como um alfaiate não tenta fazer os seus sapatos ou um sapateiro não tenta fazer as suas roupas, aquilo que a prudência sugere a uma pessoa privada não deve ser assim tão “insensato” para um país ⁵⁴.

A política protecionista ou de ‘substituição das importações’ foi, e é sempre, um enorme fracasso. Esta política — que Adam Smith criticaria — foi a política tentada em Portugal durante o estado novo (com várias *nuances*, mas *grosso modo* até 1960), levando o país a muitas situações de miséria generalizada. Lembremos a “Campanha do Trigo”, entre outras. Mas continua a ser defendida por grupos políticos à extrema esquerda, cuja forma de pensar é semelhante àquela que foi vigente durante o estado novo. Ultrapassaremos esta baixa cultura de política económica, que une posições extremas, estudando a escola clássica da economia fundada na *Riqueza das Nações* de Adam Smith.

Teremos os efeitos do crescimento económico a chegar a todos, sim, mas em liberdade natural: produzindo aquilo que os agentes económicos forem sentindo que conseguem e tendo em atenção os mercados nacionais e internacionais a atingir. Todas as estatísticas e bases de dados corroboram esta ideia: os países mais ricos e onde as pessoas vivem em média melhor são, *grosso modo*, os que têm as economias mais abertas ao exterior.

⁵⁴ Ver WN.IV.ii.11-12.

Mas vemos continuamente também muitos agentes económicos a (2) pedirem apoios do estado ou subsídios. Não tem havido, no entanto, uma discussão séria sobre as implicações económicas desses arranjos obtidos fora da interação do mercado. Um subsídio é uma *despesa* que terá de ser financiada por *impostos* atuais ou futuros. Todas as despesas do governo são financiadas por impostos. Mas os impostos são impostos sobre *todos* os contribuintes, enquanto os subsídios são dirigidos para *alguns* felizardos que os recebem. Além disso, penalizar os mais produtivos (ou seja, que geram mais valor na economia) com impostos, enquanto uma outra mão (visível, a do governo) oferece subsídios aos que são muitas vezes menos produtivos, ou que estão parados, levar-nos-á à estagnação económica.

Imaginemos dois restaurantes ao lado um do outro. Num deles a *simpatia* dos empregados de mesa e a dedicação dos cozinheiros levam-nos a querer voltar muitas vezes e está sempre em lotação esgotada. No outro, a antipatia dos empregados de mesa e os descuidos do cozinheiro afastam até os mais distraídos. Normalmente, está vazio. Qual deles estará a gerar mais valor na sociedade? Qual deles gera mais bem-estar na comunidade? Ora, aquilo a que os contabilistas chamam “lucro” representa para os economistas “a satisfação” geral alcançada pelos clientes do primeiro restaurante. Ter “lucro” é apenas gerar valor na comunidade, deve ser elogiado. Creio que esta discussão terá de passar por repensarmos a doutrina económica que tem sido vigente em Portugal, e que tem sido sempre crítica da geração de valor. Mas não só os clientes saem mais satisfeitos do primeiro restaurante. Os seus trabalhadores também irão alcançar uma compensação cada vez maior: têm mais margem para pedir aumentos salariais. Isto acontece não só porque empregados simpáticos são raros e cozinheiros bons ainda mais raros, mas também porque, ao estarem a gerar mais valor na comunidade, estão a ficar mais atrativos *aos olhos* (os *espelhos* uns dos outros) do segundo restaurante que gostaria de os recrutar.

Adam Smith explica que, mesmo que os donos das empresas se tentem combinar de antemão para não subir salários, a pressão sentida para superarem o concorrente quebrará todos os acordos⁵⁵. Cada um

⁵⁵ Ver WN.I.viii.17.

deles subirá o salário para atrair as pessoas de que precisa para conquistar mais mercados.

Também a (3) produção de bens e serviços deve ser incentivada. Existem vários sectores nos quais se critica a produção em larga escala, quando foi essa produção massificada (*cópias* uns dos outros) que tornou os bens acessíveis a todos. A área onde a paragem de produção é mais vincada é o sector da construção de edifícios urbanos. Se construirmos mais hotéis, casas, escritórios e apartamentos, teremos todos mais hipóteses de usufruir do bem-estar gerado por cada um dos metros quadrados construídos. Até porque um estímulo da oferta forçaria os preços a baixar. Reparando que tantas pessoas vivem ainda em condições muito precárias e ainda existindo desemprego, não se consegue perceber porque não se permite construir mais, expandir mais e renovar mais, para tornar os metros quadrados mais habitáveis, bonitos e, inevitavelmente, mais acessíveis. Uma das razões pelas quais não somos atrativos ao investimento estrangeiro prende-se com a falta de metros quadrados de escritórios. A existência de procura por emprego qualificado depende da construção de mais espaços para as empresas.

Infelizmente tem prevalecido a ideia de que não se deveria deixar construir imóveis, nem expandir os metros quadrados urbanos. Neste momento, estamos numa baixa histórica de construção, em termos relativos. O licenciamento tornou-se um processo demasiado complicado, burocrático e extremamente lento. A regulação aumentou, inspirada por várias razões, sobre as quais ainda não existem acordos ou consensos científicos.

Esta contração de oferta, perante uma procura que vai avançando, é responsável pelo estrangular do mercado de arrendamento e elevação brutal dos preços por metro quadrado. São os mais pobres quem mais sofrem com esta política de cristalização e congelamento da construção. Os poucos projetos que conseguem atingir a licença têm de se voltar para um segmento de mercado de casas de luxo, que compense o desafio encontrado em torno dessas dificuldades, que assim representam riscos de negócio acrescidos. (Mas mesmo a canalização de recursos para este mercado facilita os mercados intermédios, dado que os capitais que compram o luxo deixam, em termos marginais, de estar disponíveis para outros fins, fazendo pressão para a descida de

preços das restantes casas. Tal como quando surge um telemóvel de última geração, o anterior fica mais barato.)

Não é por acaso que a escola clássica de economia, mais ou menos um século depois de Smith, foi usando a palavra “lei” para designar a forma como as oscilações de procura e oferta conspiravam para alcançar os preços e forma como estes oscilam. Muitas vezes a lei da oferta e da procura pode arrastar consigo os termos de troca com muito mais firmeza do que as leis do governo. Veja-se os casos em que o governo proíbe certos mercados de existirem, mas em que estes se formam na mesma, adaptando-se ao enquadramento que têm. Veja-se os múltiplos casos em que se tenta tabelar um preço destruindo o mercado, ou parte dele, e gerando apenas mercados paralelos com preços de mercado ainda mais destorcidos do que se não existisse qualquer tentativa de tabelar.

Talvez uma forma de despertar para a importância desta Aliança, o Tratado de Tagilde, também possa estar na tentativa de retirarmos e discutirmos ideias que tiveram esta dualidade de interpretação. Cabe-nos, se quisermos, cumprir ao fim de 650 anos parte da intenção do Tratado e reaproximar no nosso debate a filosofia política britânica, incluindo, claro, o Iluminismo Escocês. Talvez nos ajudasse a progredir e a prosperar mais do que se nos basearmos somente nas ideias contidas na delimitação das nossas fronteiras intelectuais.

BIBLIOGRAFIA

- Griswold, Charles L. *Adam Smith And The Virtues of Enlightenment*. Cambridge University Press, 1999.
- Hume, David. *A Treatise Of Human Nature* (1st ed. 1739 (Part I, Part II) and 1740 (Part III), London: John Noon), ed. Ernest C. Mossner. London: Penguin Books, 1969.
- Hutcheson, Francis. *An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue* (1st ed. 1726), ed. Wolfgang Leidhold. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.
- Lai, Cheng-Chung. *Adam Smith Across Nations — Translations and Receptions of The Wealth of Nations*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Montes, Leonidas. “Das Adam Smith Problem: its origins, the stages of the current debate, and one implication for our understanding of sympathy.” *Journal of the History of Economic Thought* 25, no. 1 (2003).
- Phillipson, Nicholas. *Adam Smith — An Enlightened Life*. London: Penguin Books, 2011.

- Rousseau, Jean-Jacques. “Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes.” In *Ceuvres complètes*, 4 vols., vol. III — Du Contrat Social — Écrits Politiques, eds. Bernard Gagnebin et Marcel Raymond (1st ed. 1755). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1959-1969, Part I, 1964.
- Smith, Adam. *The Theory of Moral Sentiments* (1st ed. 1759), (eds.) D. D. Raphael and A. L. Macfie, vol. I of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.
- Smith, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1st ed. 1776), (eds.) R. H. Campbell and A. S. Skinner, vol. II of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith. Indianapolis: Liberty Fund, 1981.
- Smith, Adam. *Lectures on Jurisprudence* (report LoJ (A) probably of 1762-63 and report LoJ (B) probably of 1763-1764) (eds.) R. L. Meek, D. D. Raphael and P. G. Stein, vol. V of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith, this volume includes two reports of Smith’s course together with the Early Draft of *The Wealth of Nations*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.
- Urquhart, Robert. “Adam Smith’s problems: individuality and the paradox of sympathy.” In *The Adam Smith Review* 5, eds. Brown, Vivienne and Samuel Fleischer. London: Routledge, 2010.
- Winch, Donald. “Adam Smith’s ‘enduring particular result’: a political and cosmopolitan perspective.” In *Wealth and Virtue, The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*, eds. Istvan Hont and Michael Ignatieff. Cambridge University Press, 1983.